

APROVADO em 05/05/2015
Presidente da CMA

REQUERIMENTO N° 16 , DE 2015

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, a fim de explicar os efeitos deletérios do programa "Mais Médicos" nas cidades do interior.

Sen. Jorge Viana para que o Requerimento seja transformado em convite, para que seja incluído no debate o quadro atual da epidemia de dengue e para que a Reunião seja em conjunto com a CRE

JUSTIFICAÇÃO

A eleição presidencial de 2014 será lembrada pelos historiadores brasileiros como um dos maiores estelionatos eleitorais já praticados contra o povo brasileiro. Cada uma das pretensos avanços de sua gestão que foram utilizados durante o processo eleitoral vão sendo desmascarados pela realidade.

Agora, O Tribunal de Contas da União demonstrou que metade das cidades que adotaram o programa "Mais Médicos" do governo federal simplesmente reduziram a disponibilidade de médicos para a população, demitindo antigos profissionais. Ou seja, o que era para ser um programa voltado para a melhoria da saúde para as pessoas, acabou se tornando em um remendo que serviu para municípios cortarem seus custos.

Esta situação inadmissível requer a presença nesta Casa do ministro Arthur Chioro, a fim de que este explique o por quê de o "Mais Médicos" estar eliminando a presença de médicos com diploma das cidades do interior do país. Em vez de contribuir na luta pela carreira de Estado para o médico brasileiro, o Ministério da Saúde tem trabalhado para acabar com as vagas para nossos profissionais validados com diploma.



SF/15199.69789-45

Página: 1/2 11/03/2015 09:24:22

caf20cb051beb1f677d2f058b074272de64bf4c



O que o governo federal fez foi oferecer às prefeituras a possibilidade de baixar a qualidade do serviço de saúde básica em troca do financiamento federal de uma mão de obra mais barata e de qualidade duvidosa. E sem supervisão, como mostra a reportagem. Esse é o preço final do marketing político feito com a saúde da população.

Dentro desse contexto, torna-se essencial que o Ministro venha a esta Casa a fim de que explique claramente à população brasileira este crime contra a população que mais necessita de saúde.

Sala da Sessão, em *05 de maio de 2015*.


Senador **RONALDO CAIADO**
Democratas/GO

|||||SF/15/99.69789-45

Página: 2/2 11/03/2015 09:24:22

caf20cb051beb1f677d2f058b074272de64bf4c



APROVADO em 05/05/2015
Presidente da CMA

REQUERIMENTO N° 17 , DE 2015

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, bem como convidados os Senhores Alexandre Padilha, Rafael Bonassa, Roberto Kleiman, Jean Kenji Uema, Heider Aurélio Pinto e a Senhora Maria Alice Barbosa Fortunato, a fim de explicar denúncias apresentadas no "Jornal da Bandeirantes" referentes ao Programa "Mais Médicos".

Requerimento seja transformado em comitê, para que seja incluído no debate o quadro atual de epidemia de dengue e para que a Reunião seja em conjunto com a CRE.

JUSTIFICAÇÃO

fora da

Há poucos dias, apresentei o Requerimento nº 16, de 2015, nesta comissão, no sentido de convocar o Ministro da Saúde, a fim de que viesse prestar esclarecimentos sobre os efeitos que o Programa "Mais Médicos" tem causado nas cidades do interior do Brasil. Entretanto, faz-se necessário apresentar novo requerimento, em complementação ao supracitado, tendo em vista que surgiram novas e graves denúncias em relação ao mesmo programa.

Em reportagem divulgada pelo "Jornal da Bandeirante", foi apresentada gravação de reunião de componentes e ex-componentes do governo (Ministério da Saúde), onde registramos uma verdadeira conspiração, sem nenhum pudor ou disfarce, sendo urdida no sentido de utilizar o chamado Programa "Mais Médico" como um verdadeiro instrumento para drenar recursos para financiar a ditadura cubana. Na citada reunião, fica evidenciada a intenção de estabelecer o formato do programa de maneira a esconder os seus verdadeiros objetivos. Em um dos trechos da gravação, fala-se em estabelecer 0,13% das vagas para não cubanos para dissimular o fato de que a intenção era garantir recursos para Cuba. Ademais, na mesma reunião, discute-se, de forma indecente, qual a parcela que seria destinada como salário para os médicos cubanos e quanto seria destinado ao governo em si, ou seja, tratam-se pessoas

Jorge Viana



como mercadorias. Registra-se, na gravação, que o Assessor da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, teria estabelecido o valor de 60% para o governo de Cuba e 40% para os médicos. Neste momento, a participante da reunião, em um verdadeiro escárnio aos direitos humanos e as convenções internacionais do trabalho e da saúde, diz que "a questão do valor deve ser decidida pelo governo de Cuba", já que eles tem suas condições específicas lá.

Outro fato que chama a atenção é que é explicitada na gravação que, para cada conjunto de médicos-bolsistas que participam do programa, existirá certo número de "monitores políticos". Coloca-se que para cada 9.000 médicos, incluir-se-iam 50 destes verdadeiros "espiões", em flagrante violação à soberania nacional. Assim, a participante da reunião afirma que, para esconder este propósito, seriam classificados como 9050 médicos-bolsistas.

Destarte, torna-se essencial que o Ministro da Saúde, quando vier a esta Casa tratar do objeto do requerimento anteriormente por mim apresentado, também dê explicações sobre os fatos aqui relatados, bem como sejam convidados o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha e os participantes da reunião gravada e exibida no programa jornalístico: Senhores Rafael Bonassa, Roberto Kleiman, Jean Kenji Uema e a Senhora Maria Alice Barbosa Fortunato (atualmente na Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS). Ademais, faz-se necessário convidar também o Senhor Heider Aurélio Pinto, atual Secretário de Trabalho do Ministério da Saúde.

Dentro desse contexto, torna-se essencial a aprovação do presente requerimento para que tenhamos condições de tomar providências sobre os graves fatos citados acima.

Sala da Sessão, em *05 de maio de 2015.*



Senador **RONALDO CAIADO**
Democratas/GO



SF/15584.73072-34

Página: 2/2 18/03/2015 16:36:26

1b7efd569c0e7b4f5bc624d9a5ef75c485558330

